



Bibliotecas populares ou comunitárias como alternativas

Rodrigo Rabello

Doutorado, Universidade Estadual Paulista, (Unesp), Marília-SP, Brasil.

<http://lattes.cnpq.br/3092147925440268>

<https://orcid.org/0000-0001-7217-1608>



Giovanna de Jesus Araujo

Graduanda em Biblioteconomia, Universidade de Brasília, (UnB), Brasília, Brasil.

<http://lattes.cnpq.br/3943660187673359>

Submetido em: 14/04/2025. Aprovado em: 16/07/2025. Publicado em: 08/09/2025.

RESUMO

Considerando perspectivas socioeconômicas e culturais, o trabalho busca contribuir com aspectos teóricos relacionados às bibliotecas populares ou comunitárias como alternativas, assim como com a atuação do bibliotecário nesse contexto institucional. Para tanto, realiza um mapeamento em fontes sobre o tema, com vistas a traçar um panorama inicial da produção na área. Observa que as bibliotecas alternativas são espaços relevantes para o desenvolvimento comunitário, funcionando como meios para combater discriminações e preconceitos, promover a democratização do conhecimento e transformar membros da comunidade, antes não-usuários de informação, em protagonistas sociais. Por fim, ressalta a importância da consciência social dos bibliotecários para acolher os não-usuários em qualquer tipo de biblioteca, e não apenas nas comunitárias ou populares, mesmo que esses profissionais possam, mas não necessariamente devam atuar em contextos de institucionalidade informal ou semiformal.

Palavras-chave: biblioteca popular; biblioteca comunitária; acesso à informação; mediação da informação; desigualdade social.

INTRODUÇÃO

O tema das bibliotecas populares ou comunitárias pode ser considerado um subsídio teórico relevante para a compreensão do valor social da informação e de sua institucionalização. Há aqui o interesse de contribuir com aspectos teóricos relacionados a tais bibliotecas como meios alternativos, bem como com a atuação do bibliotecário nesse contexto de instituição à luz de perspectivas socioeconômicas e culturais.

Há um entendimento de que o termo “biblioteca comunitária” prevaleceu sobre “biblioteca popular” na terminologia da biblioteconomia e da ciência da informação (Almeida Junior, 2015b). Isso ocorreu, em parte, devido a uma visão hegemônica e conservadora que, em um confronto não declarado, deixou de priorizar as classes populares e seus interesses. Um fenômeno semelhante teria ocorrido com a substituição do termo “informação social” por “informação utilitária” (Almeida Junior, 2015b). Além de “popular” e “comunitária”, uma terceira expressão parece ser prolífica para o propósito deste trabalho: “biblioteca alternativa” (Almeida Junior, 1993).

De todo modo, termos com pretensões científicas que se estendem à prática profissional, embora reflitam uma determinada concepção de mundo, podem, em certa medida, tornar concepções de mundo opacas, pois nem sempre expressam plenamente o seu alcance das práticas não formalizadas. Por essa razão, é necessário explorar outras camadas, especialmente no âmbito conceitual (Rabello, 2008). Embora a maioria dos textos recuperados esteja indexada sob o termo “biblioteca comunitária”, os conceitos relacionados aos termos “popular” e “alternativo” serão analisados à luz dos efeitos da institucionalização, do valor social e do protagonismo envolvidos.

Em uma sociedade que naturaliza a desigualdade, as unidades de informação – como as bibliotecas, em suas diversas tipologias – tendem a desconsiderar a invisibilidade de pessoas da comunidade, focando apenas no “tipo ideal” de usuário de informação e restringindo o acesso aos recursos e serviços oferecidos (Rabello; Almeida Junior, 2020; Rabello, 2021). Dessa forma, o acesso à cultura se torna elitista, separando o público do não-público (Flusser, 1980) e marginalizando-o. Nesse contexto, o processo de mediação, por definição, não é e nem pode ser imparcial ou neutro (Almeida Júnior, 2015a).

As bibliotecas populares ou comunitárias, como alternativas, encarnam e tornam explícita a atuação política e não neutra da comunidade, em sua busca por garantir o acesso e o usufruto da informação em suas diversas formas e expressões culturais. Elas são criadas pelos próprios esforços das comunidades e desenvolvem uma dinâmica particular em resposta ao reconhecimento de suas necessidades (Almeida; Machado, 2006; Almeida Júnior, 2015b), diante das lacunas deixadas pela ausência ou ineficiência das bibliotecas governamentais, públicas ou escolares (Vieira, 2007).

Nos cursos de biblioteconomia, o lado humanista da profissão muitas vezes é descartado ou pouco explorado, resultando na formação de bibliotecários tecnicistas – entendendo-se o tecnicismo como o emprego da técnica pela técnica, fora de contexto –

que mantêm uma relação superficial com a comunidade (Machado, 2008; Ferreira; Araújo, 2023). A biblioteconomia em questão é a conservadora (Almeida Junior, 2015b), ou seja, aquela que preserva privilégios de classe e se mostra indiferente às desigualdades e ao estado das coisas.

Considerando temas como desigualdade social, acesso e mediação da informação e da cultura, modos alternativos de institucionalização de ações informacionais e formação do profissional bibliotecário, este texto tem como objetivo discutir e contribuir para o desenvolvimento de aspectos teóricos relacionados às bibliotecas populares ou comunitárias como alternativas às instituições de (inter)mediação formais. Ademais, analisa a atuação do bibliotecário em contextos institucionais, com foco em perspectivas socioeconômicas e culturais.

METODOLOGIA

Foi realizado um mapeamento sobre o tema “biblioteca comunitária” em fontes, com o intuito de obter um panorama na área da informação.¹ As buscas ocorreram no período de 2 abril a 8 de julho de 2024, com um recorte temporal de 2008 a 2023, nas seguintes fontes, cujos números de textos localizados estão indicados entre parênteses: *Library, Information Science and Abstracts* (5); *Library, Information Science and Technology Abstracts* (9); *Web of Science* (6); *Scopus* (10); *Scientific Electronic Library Online* (6).

Para tanto, o termo “biblioteca comunitária” foi utilizado nas buscas em português e em inglês, associado a outros termos por meio de operadores booleanos, como “ação cultural”, “ação social” e “comunidade”, conforme a plataforma e o idioma. O universo recuperado consistiu em 36 textos, analisados por título, resumo e palavras-chave, com a exclusão de repetições, resultando em 21 textos. Desses, 4 foram descartados após uma análise mais detalhada, mas pelo menos 1 deles ajudou a localizar outros 9 textos relevantes. Com essas subtrações e adições, foram definidos, preliminarmente, 26 textos. Ademais, foram incluídos 12 textos que não foram identificados nas buscas anteriores, mas que eram relevantes para a revisão narrativa, à luz do conhecimento prévio sobre os temas abordados e com o apoio da ferramenta de buscas do Google Scholar, constituindo um *corpus* de 38 textos.

O termo “biblioteca comunitária”, assim como sua variação “biblioteca popular” e “biblioteca alternativa”, é analisado como uma alternativa às bibliotecas públicas (Almeida Junior, 1993) e a outras instituições formais (Rabello, 2024). Para essa análise, são utilizados conceitos como “mediação da informação” (Almeida Junior, 2015a; Gomes, 2020), “modos de institucionalidade” (Rabello, 2024), “público” e “não-público” (Jeanson, 1973; Flusser, 1980), além de “usuário” e “não-usuário” de informação (Rabello; Almeida Junior, 2020;

1 Coleta de dados realizada no âmbito do Programa de Iniciação Científica (PROIC) da Universidade de Brasília (UnB), Edital 2023/2024, como parte do projeto intitulado Documento, sujeitos e institucionalidades: valores probatórios, mediação e validação da informação, de responsabilidade de Rodrigo Rabello.

Rabello, 2021; 2023). É importante destacar que esses indivíduos não são concebidos apenas como “destinatários”, mas também como “protagonistas” (Rabello, 2024). A análise também incorpora o conceito de “gestão participativa” (Machado; Vergueiro, 2010).

ANÁLISE E DISCUSSÃO DOS RESULTADOS

Enquadramento e protagonismo em bibliotecas

Quando se trata de acesso ao conhecimento e à cultura, há uma longa história de desvalorização pautada por um legado discriminatório para com os povos não-europeus (Marín, 2009; Suess; Silva, 2019). Desse modo, a produção de informação e a construção do conhecimento tornaram-se instrumentos para o fortalecimento do controle econômico e político de uma sociedade baseada no eurocentrismo (Ferreira; Araújo, 2023).

Ainda assim, nas áreas de biblioteconomia e ciência da informação, o tema do acesso ao conhecimento e à cultura é frequentemente tratado como se o legado discriminatório tivesse se dissipado, inferindo que todos têm acesso à informação. No entanto, reforçar essa “miopia epistêmica” acaba por fortalecer ainda mais o cenário contemporâneo de desigualdades informacionais (Ferreira; Araújo, 2023).

Considerando essa “miopia” nas investigações e nas ações de mediação da informação, bem como nos estudos de usuários, é possível inferir que não basta o desejo de quem gostaria de acessar informação e cultura, ou seja, o interesse em se tornar público de algum serviço. No caso das unidades de informação, alterações pontuais na estrutura da biblioteca ou nos serviços oferecidos não são suficientes, pois aqueles que não possuem os atributos ou os meios necessários não poderão usufruir do que está sendo ofertado (Rabello; Almeida Júnior, 2020).

Essa condição de inadequação – em contraste com a ideia de adequação, que é inerente à concepção de usuário em sistemas de recuperação de informação (Almeida Júnior; Rabello, 2022) – remete ao segmento do não-público (Jeanson, 1973) nas bibliotecas (Flusser, 1980) e está relacionada à composição de classes sociais, assim como aos cenários de desigualdade característicos do sistema capitalista. Por exemplo, a realidade de membros de classes desfavorecidas, composta por aqueles que possuem apenas seus corpos para trabalhos precarizados (Souza, 2011), pode ser evidenciada pela designação dessa classe como “ralé estrutural como não-público” das unidades de informação (Rabello; Almeida Júnior, 2020).

Em concepções tradicionais de intermediação de informação como mensagem e de estudo de usuários, os usuários de informação são investigados e compreendidos como “coisa” do sistema de recuperação (Almeida Junior; Rabello, 2022) ou como entes passivos capazes apenas de receber individualmente a mensagem abstrata por um processo cognitivo

ou mentalista (Frohmann, 2007), já que só podem utilizar o que lhe for intermediado por algum profissional em uma instituição (Rabello, 2023). O protagonismo nesse enquadramento não é colocado no horizonte (Rabello, 2024).

No enquadramento, a instituição atua dentro de uma abordagem que prioriza a adaptação do sujeito a uma cultura “socialmente aceita” e a uma “armazenagem” passiva de conteúdos, conforme interpretado, respectivamente, por Pierre Bourdieu e Paulo Freire. Esse enquadramento implica a adaptação a uma realidade previamente estabelecida, onde um agrupamento com certa identidade e valores ou uma classe social domina outra e define padrões de comportamento. Nesse cenário, práticas são avaliadas de acordo com o grau de submissão às normas impostas. A “formação” – por exemplo, no contexto escolar ou de letramento informacional – reflete a conformidade do indivíduo a um modelo predefinido, limitando sua autonomia (Rabello, 2024).

Na abordagem dialógica, por sua vez, parte-se do princípio de que a ação cultural deve ser realizada *com* a comunidade, e não *para* ela, promovendo uma interação que busca uma linguagem comum e respeita a cultura dos “socialmente” marginalizados. Esse ponto de vista é reforçado por Jeanson (1973), Freire (1989) e Flusser (1980), este último em relação ao contexto das bibliotecas. Nessa perspectiva, os não-usuários de informação podem se tornar protagonistas à medida que as instituições reconhecem e valorizam a cultura, a voz e a escuta daqueles que, até então, foram privados de participação (Rabello, 2024).

A diferenciação, conforme a proposta, não segue um modelo dicotômico em que a unidade de informação ou enquadra em prol da passividade, ou dialoga, promovendo protagonismo. Além da ênfase em uma ou outra abordagem, uma mesma instituição pode, em determinadas situações, enquadrar seus destinatários e, em outras, adotar uma postura dialógica, considerando o protagonismo.

Bibliotecas populares ou comunitárias como alternativas

Institucionalidades alternativas

As instituições populares ou comunitárias podem ser informais ou semiformais (Rabello, 2024). Diferem das instituições formais, que, tanto no setor público quanto no privado, seguem normas positivadas e hierarquia. As instituições informais operam sem normas formalizadas, e a hierarquia é menos relevante. No caso das instituições semiformais, como aquelas que atuam no Terceiro Setor, (onde se situam, por exemplo, as organizações não governamentais), também preenche lacunas deixadas pelo Estado, há maior flexibilidade nas regras internas, embora elas ainda estejam parcialmente alinhadas com princípios formais.

Uma característica comum entre as instituições populares ou comunitárias é que, diante de sua característica de institucionalidade, podem subsistir sem a presença ou intervenção de profissionais, ainda que a ação voluntária de não profissionais seja ainda mais comum no contexto informal. Por exemplo, um centro de documentação popular informal

(Rabello, 2024) pode ser criado sem a necessidade da participação de bibliotecários ou documentalistas (Rocha, 1994). A decisão sobre sua abertura ou participação é tomada pelos próprios membros da comunidade. Esse é o contexto alternativo em que bibliotecas populares e comunitárias se inserem.

Bibliotecas populares

As bibliotecas populares refletem a resistência das comunidades frente a agentes externos, especialmente devido à falta de continuidade nas ações, quando há a intervenção daqueles, e à ausência de prestação de contas aos membros da comunidade que foram objeto das ações. Isso ocorre frequentemente em intervenções universitárias através, por exemplo, de ações de extensão. Além disso, esses agentes costumam impor atividades pré-determinadas, muitas vezes desalinhadas às necessidades locais, levantando questões, por exemplo, sobre interferência autoritária na definição dos serviços oferecidos (Rabello, 1987).

Esses espaços são frequentemente estabelecidos nas periferias urbanas como uma resposta da população aos mecanismos de poder das classes dominantes (Almeida Junior, 1997). Um dos recursos utilizados pela comunidade consiste na coleta, produção, armazenamento e mediação de documentação popular com o objetivo de promover a transformação social desejada pelas classes populares (Almeida Junior, 1993), mediante a preservação da memória, a produção de conhecimento crítico e a promoção do protagonismo social (Rabello, 2025). Tanto no âmbito da documentação popular quanto no das bibliotecas populares, o foco está nas forças sociais que compõem os movimentos populares (Rocha, 1994).

Além do termo “biblioteca popular”, surgiram outros que orientaram pesquisas, estudos e ações em biblioteconomia, como “informação social”, “informação para a cidadania” e “centros de documentação e informação popular”, entre outros, em cujos conceitos

[...] carregavam uma ideologia com os interesses, desejos e necessidades das classes populares, voltadas, na época, para a exigência de que esses interesses, desejos e necessidades fossem considerados quando da instituição de políticas públicas, quando da determinação de políticas econômicas, educacionais, culturais, entre outras. (Almeida Junior, 2015b, p. 138).

Tais interesses foram levados a cabo por uma biblioteconomia progressista que buscava articular teoria e movimentos sociais, num contexto de resistência e luta frente a governos autoritários, marcado pela atuação da sociedade civil organizada em países da América Latina, contando com setores da Igreja Católica e de outras religiões, da Teologia da Libertação, entre outras. Era uma biblioteconomia

[...] voltada para o povo, que buscava dar a voz, dar a palavra às classes populares, às classes trabalhadoras. Dar a palavra significa abrir espaços para que os interesses,

necessidades e desejos delas pudessem se fazer ouvir, pudessem ser exteriorizados, tivessem espaços para serem conhecidos e reconhecidos. (Almeida Junior, 2015b, p. 138).

A formação de acervos de interesse popular, especialmente de caráter bibliográfico, realizada pelos próprios membros da comunidade, está ligada à criação de bibliotecas que visam preencher a lacuna deixada pelo Estado. Essas bibliotecas, surgindo de “baixo para cima”, desafiam propostas tradicionais e conservadoras. “A biblioteca popular geralmente está ligada a movimentos associativos ou comunitários que conscientizam os grupos, como os quais trabalham, para os direitos e necessidades dos cidadãos” (Rabello, 1987, p. 33).

As bibliotecas populares passaram a ser denominadas de comunitárias por uma corrente biblioteconômica hegemônica e conservadora. A princípio, essa corrente não enfrentou diretamente as ideias emergentes, mas, em vez disso, introduziu novos termos nos espaços acadêmicos e associativos. Nessa direção, termos como “biblioteca comunitária” e “informação utilitária” foram propostos para suavizar conceitos relacionados à resistência e à luta impregnadas no termo “popular” (Almeida Junior, 2015b).

Bibliotecas comunitárias

As bibliotecas comunitárias oferecem assistência à comunidade por meio de recursos e autodesenvolvimento. As bibliotecas públicas também dialogam com as concepções de bibliotecas comunitárias, uma vez que representam espaços institucionais de encontro comunitário (Machado, 2008). A diferença, nesse caso, está intrinsecamente relacionada à institucionalidade orientadora (Rabello, 2024; 2025), pois as bibliotecas públicas são formais, enquanto as comunitárias são informais ou semiformais.

Noutras palavras, embora as bibliotecas comunitárias sejam frequentemente vistas como organizações não institucionalizadas (Machado, 2008), por atuarem muitas vezes de forma desvinculada, parcial ou totalmente, do Estado e de suas políticas públicas de informação, cultura e educação, e por serem criadas em comunidades periféricas, outras abordagens as consideram semiformais, diante de configurações institucionais que podem se apresentar entre a informalidade e a formalização (Rabello, 2025).

Nessas circunstâncias, realizam-se ações de (inter)mediação da informação de modo informal ou semiformal. Nesses termos, essas bibliotecas comunitárias – assim como em outras variações terminológicas e/ou tipológicas, como “populares” (Rabello, 1987; Almeida Junior, 1992; 2015b), “alternativas” (Almeida Junior, 1993; 1997) e “rurais” (Samsuddin, Shaffrib, Fauzia, 2019) – podem ser compreendidas como instituições informais ou semiformais (Rabello, 2024).

Ainda assim, é possível encontrar na literatura da área estudos que se referem a bibliotecas públicas como bibliotecas comunitárias ou centros de informação comunitários (Joselin; Panneerselvam, 2016), considerando o papel desempenhado junto à comunidade e o reconhecimento da instituição pelos membros do território em que atua. A participação

desses membros na gestão de produtos e serviços demonstra a possibilidade de a instituição atuar não apenas *para*, mas também *com* a comunidade, configurando-se como uma biblioteca verdadeiramente pública (Flusser, 1980), bem como comunitária, estabelecendo uma relação, aparentemente paradoxal, entre institucionalidade formal e informal.

O trabalho realizado pelas bibliotecas comunitárias, especialmente no que se refere à democratização da informação, pode auxiliar no desenvolvimento social e econômico, assim como no enriquecimento cultural e na educação da comunidade a que pertencem (Hoq, 2015; Goodman, 2008). Assim, uma das características desse tipo de instituição é que a biblioteca se apresenta à comunidade como um espaço de pertencimento (Alves, 2022).

Protagonismo informacional em bibliotecas alternativas

Inicialmente, na perspectiva tradicional, a (inter)mediação da informação é entendida como o ato de interferir entre uma instituição e os indivíduos, funcionando apenas como uma metáfora de ponte entre ambos. Em contrapartida, a perspectiva emergente da mediação considera a articulação entre objetos técnicos e a ação humana, onde interagem o meio ou canal, seus recursos e agentes, além de ambiências, equipamentos² e dispositivos informacionais. Essa interação pode influenciar o processo de produção de significados, atendendo a demandas e gerando novas, além de promover o protagonismo social.³

Nos espaços alternativos, como bibliotecas populares ou comunitárias, o mediador – seja profissional ou voluntário (Rabello, 2024) – precisa, uma vez aceito pela comunidade responsável, ter plena consciência de seu papel político, social e cultural (Pinto, 2013). Nesse tipo de biblioteca, o contexto histórico é essencial para compreender sua missão (Goodman, 2008). Por isso, o mediador deve considerar as identidades, significados e memórias da comunidade onde a biblioteca está inserida (Pinto, 2013).

Os bibliotecários, independentemente da institucionalidade em que atuam, devem ter compromisso e responsabilidade social. Esses profissionais devem se posicionar no processo de mediação entre a informação e as camadas da população a quem, historicamente, lhes foram negado o acesso (Vergueiro, 1988). Nas bibliotecas comunitárias, é dever do mediador reconhecer e atender aos interesses e às necessidades da comunidade (Shrestha; Krolak, 2014).

Ainda assim, existe o risco de se restringir a uma abordagem de enquadramento (Rabello, 2024), na qual se entende que apenas o profissional mediador é capaz de indicar o que deve ser lido, conduzindo os leitores não ao que desejam, mas ao que, em sua perspectiva,

2 Aspectos desse entendimento podem ser observados no conceito de mediação de Almeida Junior (2015a, p. 25): “[...] toda ação de interferência – realizada em um processo, por um profissional da informação e na ambiência de equipamentos informacionais –, direta ou indireta; consciente ou inconsciente; singular ou plural, individual ou coletiva; visando a apropriação de informação que satisfaça, parcialmente e de maneira momentânea, uma necessidade informacional, gerando conflitos e novas necessidades informacionais.”

3 Elementos norteadores do protagonismo social podem ser observados no conceito de mediação de Gomes (2020, p. 20): “[...] a efetividade da ação mediadora é dependente da mediação consciente que busca, cuidadosamente, alcançar suas dimensões dialógica, estética, formativa, ética e política, tornando possível o desenvolvimento e fortalecimento do protagonismo social, e assegurando que o acesso, uso e a apropriação da informação ocorram em parâmetros democráticos, trabalhando o encontro com a informação como uma experiência fortalecedora da construção de uma existência humana ativa, interferente no processo de transformação social e de fortalecimento das lutas por inclusão e justiça social.”

os fará crescer segundo os parâmetros do próprio profissional (Bastos; Almeida; Romão, 2012). Comumente, essa informação que “engrandecerá a comunidade” está associada ao conhecimento institucionalizado, registrado nos livros que compõem o acervo (Ferreira; Araújo, 2023).

Mesmo na perspectiva de enquadramento (Rabello, 2024), as bibliotecas comunitárias não tendem a ser criadas como meros repositórios de livros, mas sim como prestadoras de serviços (Shrestha; Krolak, 2014). Nessa perspectiva, o trabalho de triagem e seleção das obras demanda políticas e profissionais especializados (Bastos; Almeida; Romão, 2012), de modo a disponibilizar recursos e atender as necessidades e comportamentos de busca de informação da comunidade (Samsuddin; Shaffrib; Fauzia, 2019). Esse olhar de institucionalidade formal, concebendo a biblioteca comunitária, por exemplo, como uma biblioteca pública (esta com recursos do Estado para a contratação de servidores públicos), contrasta com o possível caráter informal que determinada biblioteca comunitária pode ter. Um dos pontos determinantes para uma biblioteca alternativa, quando se diferenciando de uma perspectiva de enquadramento, é a capacidade de revelar as características socioculturais e políticas da sua comunidade. Para isso, a gestão participativa e o estabelecimento de articulações locais são essenciais para as bibliotecas comunitárias, pois possibilitam o fortalecimento dos vínculos (Prado; Machado, 2008).

As bibliotecas comunitárias desempenham um papel importante no desenvolvimento do pensamento crítico e nos esforços coletivos locais (Cavalcante; Feitosa, 2011). Essas bibliotecas abrem espaço para aqueles que estão à margem e permitem mudanças na vida das pessoas (Bastos; Almeida; Romão, 2012). Esses aspectos são pressupostos que podem ser observados em uma abordagem dialógica.

A inclusão da comunidade diretamente nos processos da biblioteca também oferece às instituições comunitárias um espaço para que preservem seus próprios documentos (Ferreira; Araújo, 2023), passando a trabalhar com a memória material e a documentação popular (Rabello, 2024). Assim, esse processo de conferir protagonismo à comunidade possibilita a construção de novos conhecimentos e converte as bibliotecas em espaços de debate e ação cultural (Machado; Vergueiro, 2010).

A produção de informação *da* e *sobre* a comunidade passa a fazer parte dos interesses das bibliotecas comunitárias (Alberto, 2008), transformando os não-usuários em apropriadores de informação e produtores de conhecimento (Almeida Junior, 2015a; Gomes, 2020; Rabello, 2023). Segundo essa leitura, de inspiração freiriana, os povos silenciados não podem simplesmente reproduzir o pensamento das elites e tampouco aceitar sua própria marginalização, porque assim estariam perpetuando estruturas repressivas (Freire, 1979; Pinto, 2013).

Os destinatários frequentemente abordados nas bibliotecas tradicionais são os usuários (reais ou potenciais) concebidos como um “tipo ideal”, que pressupõe atributos socialmente aceitos e previstos na perspectiva de enquadramento. A abertura para o não-público, composto por não-usuários, permite uma dimensão que visa o protagonismo da

comunidade (Rabello, 2023; 2024). Enquanto houver o não-público (Flusser, 1980), composto de populações marginalizadas, silenciadas e impedidas de se tornarem parte integrante das bibliotecas, estas continuarão a (re)produzir desigualdades (Rabello; Almeida Junior, 2020).

Diante do exposto, a biblioteconomia contemporânea deve ser compreendida como um campo de conhecimento que contribui para o desenvolvimento da sociedade ao garantir o acesso democrático à informação (Ferreira, 2016), ao promover a tradicional (inter)mediação da informação como mensagem, bem como, e, além disso, realizar uma mediação dialógica e engajada da informação e da cultura (Almeida Junior, 2015a; Gomes, 2020; Perrotti, 2016). Isso envolve a investigação e a formação de profissionais, além da consideração de possibilidades de ação tanto em instituições formais quanto em ambientes informais ou semiformais (Rabello, 2024), como é o caso das bibliotecas alternativas.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

As bibliotecas alternativas – sejam elas chamadas de populares ou comunitárias – continuam a ser de interesse nos campos da biblioteconomia e da ciência da informação. Embora os aspectos históricos sejam essenciais, os termos utilizados em meios de legitimação acadêmica não podem se sobrepor à dinâmica da realidade. Portanto, cabe à área da informação entender como as comunidades e coletivos denominam suas bibliotecas, independentemente do termo ou abordagem escolhidos no universo acadêmico, seja para enquadrar usuários e/ou promover o diálogo (incluindo os não-usuários) ou para intermediar mensagens e/ou mediar informação e cultura. Os fenômenos de produção institucional em meios informais e semiformais podem guardar consigo o algo novo que as instituições formais.

Por essas e outras razões, os estudos sobre o valor social da informação e sua institucionalização podem se beneficiar da investigação da responsabilidade social das bibliotecas alternativas. Essas bibliotecas alternativas – sejam elas populares ou comunitárias –, devido à sua natureza informal ou semiformal, não precisam ser, obrigatoriamente, geridas por um bibliotecário. Nesse contexto, o bibliotecário pode atuar nessas instituições, mas sua participação, sobretudo nas instituições informais, depende da aceitação da comunidade.

Ao afirmar que, para atuar em bibliotecas informais ou semiformais, não é necessária formação acadêmica, amplia-se a compreensão sobre quem pode trabalhar em bibliotecas alternativas. Embora essa visão pode ser interpretada como uma desvalorização do profissional bibliotecário, o contexto de surgimento informal ou semiformal dessas bibliotecas se impõe. Em hipótese, como poderia ser exigido que alguém que cria e gerencia uma biblioteca popular ou comunitária em sua própria casa contrate ou receba um profissional da informação como voluntário? A máxima de que, onde há biblioteca, deve haver bibliotecário, ou seja, que sustenta uma imposição, nesses contextos alternativos se apresenta como um disparate.

Cabe à comunidade fundadora da biblioteca alternativa – seja popular ou comunitária – decidir sobre a participação de um bibliotecário. Caso aceite essa função, o profissional deve considerar, de acordo com sua formação acadêmica e/ou sua visão de mundo, se

atuará *para* a biblioteca ou em conjunto *com* a comunidade. Ao evitar uma abordagem de enquadramento, o bibliotecário poderá reconhecer que cada indivíduo possui uma cultura própria, seja ela convergente ou divergente da cultura oficial. Ao se afastar de uma perspectiva tradicional ou conservadora, ele poderá permitir a escrita de livros ainda não escritos, promovendo um diálogo com a voz da comunidade, dando voz e protagonismo para o público e para o não-público.

REFERÊNCIAS

- ALBERTO, S. M. R. Paraisópolis: relato do processo de transformação da biblioteca comunitária em rede do conhecimento. **Revista CRB8 digital**, São Paulo, v. 1, n. 2, p. 38-42, out. 2008. Disponível em: <https://brapci.inf.br/v/9217>. Acesso em: 30 ago. 2024.
- ALMEIDA JÚNIOR, O. F. **Bibliotecas populares**: características e confrontos. 1992. Dissertação (Mestrado em Comunicação) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 1992.
- ALMEIDA JUNIOR, O. F. Bibliotecas públicas e alternativas. **Revista Brasileira de Biblioteconomia e Documentação**, São Paulo, v. 26, n. 1/2, p. 115-127, jan./jun. 1993. Disponível em: <https://rbbd.febab.org.br/rbbd/issue/view/65>. Acesso em: 25 mar. 2023.
- ALMEIDA JUNIOR, O. F. **Bibliotecas públicas e bibliotecas alternativas**. Londrina: Edel, 1997.
- ALMEIDA JUNIOR, O. F. Mediação da informação: um conceito atualizado. *In*: BORTOLIN, S.; SILVA, R. J.; SANTOS NETO, J. A. (org.). **Mediação oral da informação e da leitura**. Londrina: ABECIN, 2015a. p. 9-32.
- ALMEIDA JÚNIOR, O. F. Conservadorismo e revolução (ou reformismo) na Biblioteconomia e na Ciência da Informação. **Divers@**: Revista Eletrônica Interdisciplinar, Matinhos, v. 8, n. 2, p. 132-144, jul./dez. 2015b. Disponível em: <https://revistas.ufpr.br/diver/article/view/45052>. Acesso em: 25 mar. 2023.
- ALMEIDA JUNIOR, O. F.; RABELLO, R. Usuário e recuperação da informação: hiato ou ditongo? **LOGEION: Filosofia da Informação**, Rio de Janeiro, v. 9, p. 482-495, 2022. Edição especial.
- ALMEIDA, M. C. B.; MACHADO, E. Biblioteca comunitária em pauta. *In*: ENCONTROS COM A BIBLIOTECA: Bibliotecas comunitárias e populares: diálogo com a universidade, 2006, São Paulo. **Encontros** [...]. São Paulo: Itaú Cultural, 2006. Disponível em: <https://www.eca.usp.br/acervo/producao-academica/001590161.pdf>. Acesso em: 30 ago. 2024.
- ALVES, M. S. As práticas de leitura e de informação das pessoas que integram o coletivo de bibliotecas comunitárias “Releitura-PE”. **Em Questão**, Porto Alegre, v. 28, n. 3, e-117736, jul./set. 2022. DOI 10.19132/1808-5245283.117736. Disponível em: <https://seer.ufrgs.br/index.php/EmQuestao/article/view/117736>. Acesso em: 29 ago. 2024.
- BASTOS, G. G.; ALMEIDA, M. A.; ROMÃO, L. M. S. Bibliotecas comunitárias: mapeando conceitos e analisando discursos. **Informação e Sociedade: Estudos**, João Pessoa, v. 21, n. 3, p. 87-100, set./dez. 2012. Disponível em: <https://periodicos.ufpb.br/ojs2/index.php/ies/article/view/10822>. Acesso em: 30 ago. 2024.

CAVALCANTE, L. E.; FEITOSA, L. T. Bibliotecas comunitárias: mediações, sociabilidades e cidadania. **Liinc em Revista**, Rio de Janeiro, v. 7, n. 1, p. 121-130, mar. 2011. Disponível em: <https://revista.ibict.br/liinc/article/view/3292>. Acesso em: 30 ago. 2024.

FERREIRA, E. G. A. **Biblioteconomia contemporânea**: desafios e realidades. 2016. Dissertação (Mestrado em Ciência da Informação) – Escola de Ciência da Informação, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2016. Disponível em: <https://repositorio.ufmg.br/handle/1843/BUOS-AV2HH8>. Acesso em: 29 ago. 2024.

FERREIRA, E. G. A.; ARAÚJO, C. A. A. A contribuição da nova Biblioteconomia de Lankes para decolonizar o conhecimento. **Páginas AeB**: arquivos e bibliotecas, [s. l.], n. 20, p. 3-15, 2023. (3º Série). DOI 10.21747/21836671/pag20a1. Disponível em: <https://ojs.letras.up.pt/index.php/paginasaeb/article/view/13447>. Acesso em: 29 ago. 2024.

FLUSSER, V. Uma biblioteca verdadeiramente pública. **RBE**: revista da escola de biblioteconomia da UFMG, Belo Horizonte, v. 9, n. 2, p. 131-138, set. 1980. Disponível em: <https://periodicos.ufmg.br/index.php/reb/article/view/36361>. Acesso em: 29 ago. 2024.

FREIRE, P. **Ação cultural para a liberdade**. 4. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1979.

FREIRE, P. **A importância do ato de ler**: em três artigos que se completam. São Paulo: Cortez, 1989. (Coleção polêmicas do nosso tempo).

FROHMANN, B. Multiplicity, materiality, and autonomous agency of documentation. In: SKLARE, R.; LUND, N. W.; VARHEIM, A. (ed.). **A document (re)turn**: contributions from a research field in transition. Frankfurt: Peter Lang, 2007.

GOMES, H. F. Mediação da informação e suas dimensões dialógica, estética, formativa, ética e política: um fundamento da Ciência da Informação em favor do protagonismo social. **Informação e Sociedade: Estudos**, João Pessoa, v. 30, n. 4, p. 1-23, out./dez. 2020. DOI 10.22478/ufpb.1809-4783.2020v30n4.57047. Disponível em: <https://periodicos.ufpb.br/ojs2/index.php/ies/article/view/57047>. Acesso em: 25 mar. 2023.

GOODMAN, V. F. D. Rural library services: historical development and modern-day examples from West Africa. **New Library World**, [s. l.], v. 109, n. 11/12, p. 512-532, 2008.

HOQ, K. M. G. Rural library and information services, their success, failure and sustainability: a literature review. **Information Development**, [s. l.], v. 31, n. 3, p. 294-310, 2015. DOI 10.1177/0266666913515693. Disponível em: <https://journals.sagepub.com/doi/10.1177/0266666913515693>. Acesso em: 30 ago. 2024.

JEANSON, F. **L'action culturelle dans la cité**. Paris: Éditions du Seuil, 1973.

JOSELIN, J. J.; PANNEERSELVAM, P. Public libraries as community information centres: a futuristic approach. **International Journal of Library and Information Studies**, [s. l.], v. 6, n. 2, Apr./June, 2016.

MACHADO, E. C. **Bibliotecas comunitárias como prática social no Brasil**. 2008. Tese (Doutorado em Ciência da Informação) – Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2008. Disponível em: <https://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/27/27151/tde-07012009-172507/pt-br.php>. Acesso em: 29 ago. 2024.

MACHADO, E. C; VERGUEIRO, W. A prática da gestão participativa em espaços de acesso à informação: o caso das bibliotecas públicas e das bibliotecas comunitárias. **Revista interamericana de bibliotecologia**, Medellín, v. 33, n. 1, p. 241-255, jan./jun. 2010. Disponível em: http://www.scielo.org.co/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0120-09762010000100010&lng=en&nrm=iso. Acesso em: 29 ago. 2024.

MARIN, J. Interculturalidade e descolonização do saber: relações entre saber local e saber universal no contexto da globalização. **Revista Espaço Pedagógico**, [s. l.], v. 16, n. 1, 2009. DOI 10.5335/rep.v16i1.7447. Disponível em: <https://seer.upf.br/index.php/rep/article/view/7447>. Acesso em: 29 ago. 2024.

PERROTTI, E. Info-educação: um passo além científico-profissional. **Informação@Profissões**, [s. l.], v. 5, n. 2, p. 4-31. jul./dez. 2016. DOI 10.5433/2317-4390.2016v5n2p05. Disponível em: <https://doi.org/10.5433/2317-4390.2016v5n2p05>. Acesso em: 29 ago. 2024.

PINTO, L. P. Bibliotecas comunitárias: dispositivos de ação. In: PINHO, F. A. (org.). **Dispositivos culturais e espaços de memória**. Recife: UFPE, 2013. Disponível em: <https://editora.ufpe.br/books/catalog/book/303>. Acesso em: 31 ago. 2024.

PRADO, G. M; MACHADO, E. C. Território de memória: fundamentos para a caracterização da biblioteca comunitária. In: ENANCIB - ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISA EM CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO, 9., São Paulo, 2008. **Anais** [...]. São Paulo: ENANCIB, 2008. Disponível em: <http://enancib.ibict.br/index.php/enancib/ixenancib/schedConf/presentations>. Acesso em: 31 ago. 2024.

RABELLO, O. C. P. Da biblioteca pública à biblioteca popular: análise das contradições de uma trajetória. **Revista da Escola de Biblioteconomia da UFMG**, Belo Horizonte, v. 16, n. 1, p. 19-42, mar. 1987. Disponível em: <https://periodicos.ufmg.br/index.php/reb/article/view/36648>. Acesso em: 25 mar. 2023.

RABELLO, R. História dos conceitos e ciência da informação: apontamentos teórico-metodológicos para uma perspectiva epistemológica. **Encontros Bibli: Revista Eletrônica de Biblioteconomia e Ciência da Informação**, Florianópolis, v. 13, n. 26, 2. sem. 2008.

RABELLO, R. Práticas informacionais, usuário e ralé estrutural como não-público: praxiologias restritiva ou receptiva. *In*: TANUS, G. F. S. C.; ROCHA, J. A. P.; BERTI, I. C. L.W. B. **Práticas informacionais em diálogo com as ciências sociais e humanas**. Florianópolis: Rocha Gráfica e Editora, 2021. p. 97-118. Disponível em: <http://eprints.rclis.org/43692/>. Acesso em: 31 ago. 2024.

RABELLO, R. Studies on information users and non-users: an alternative proposal. **Open Information Science**, [s. l.], v. 7, n. 1, p. 20220153, 2023. Disponível em: <https://doi.org/10.1515/opis-2022-0153>. Acesso em: 31 ago. 2024.

RABELLO, R. Quando memória material e documentação popular importam: esquadrão da morte na ditadura, testemunho de uma igreja na redemocratização do Brasil e intentonas golpistas. **Encontros Bibli: Revista Eletrônica de Biblioteconomia e Ciência da Informação**, Florianópolis, v. 29, e99284 2024. DOI 10.5007/1518-2924.2024.e99284.

RABELLO, R. Documentação popular: proposição de um conceito. **AtoZ: Novas práticas em Informação e Conhecimento**, Curitiba, v. 14, n. 2, 2025. No prelo. Disponível em: <http://eprints.rclis.org/46970/> Acesso em: 8 set. 2025.

RABELLO, R.; ALMEIDA JUNIOR, O. F. Usuário de informação e ralé estrutural como não-público: reflexões sobre desigualdade e invisibilidade social em unidades de informação. **Informação e Sociedade: Estudos**, João Pessoa, v. 30, n. 4, p. 1-24, out./dez. 2020. DOI 10.22478/ufpb.1809-4783.2020v30n4.57350. Disponível em: <https://periodicos.ufpb.br/index.php/ies/article/view/57350>. Acesso em: 31 ago. 2024.

ROCHA, M. M. O. Documentação popular: considerações teóricas. **Informação e Sociedade: Estudos**, João Pessoa, v. 4, n. 1, p. 8-14, jan./dez. 1994. Disponível em: <https://periodicos.ufpb.br/ojs2/index.php/ies/article/view/186>. Acesso em: 23 mar. 2023.

SAMSUDDIN, S. F.; AZRIL, H.; FAUZI, A. Heigh-ho, heigh-ho, to the rural libraries we go!: a systematic literature review. **Library and Information Science Research**, [s. l.], v. 42, n. 1, Jan. 2020. DOI 10.1016/j.lisr.2019.100997. Disponível em: <https://www.sciencedirect.com/science/article/abs/pii/S0740818819302889>. Acesso em: 31 ago. 2024.

SHRESTHA, S.; KROLAK, L. The potential of community libraries in supporting literate environments and sustaining literacy skills. **International Review of Education**, [s. l.], v. 61, p. 399-418, 2015. DOI 10.1007/s11159-014-9462-9. Disponível em: <https://doi.org/10.1007/s11159-014-9462-9>. Acesso em: 31 ago. 2024.

SOUZA, J. **A ralé brasileira: quem é e como vive**. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2011.